

IBERSOL – S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 – 9.º andar, 4150 – 146 Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula
e de identificação fiscal 501669477

Relatório e Contas Individuais

Exercício de 2011

(Proposta ponto 1 da Assembleia Geral)

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, apresentamos a V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da IBERSOL - S.G.P.S., S.A. relativas ao exercício de 2011.

1- ENVOLVENTE ECONÓMICA

O ano de 2011 fica marcado pelo pedido de assistência financeira solicitado pelo Estado português junto da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, que deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

A evolução do PIB ao longo do ano de 2011 traduz uma queda generalizada da procura interna (-5,2%), parcialmente compensada pelo crescimento significativo das exportações (7,3%), tendo a economia no seu conjunto contraído 1,5%, de acordo com os últimos dados publicados pelo INE.

As medidas de consolidação orçamental no âmbito do Orçamento de Estado e o esperado abrandamento do crescimento económico mundial condicionam fortemente a evolução da economia portuguesa no ano de 2012, estimando-se uma redução do PIB na ordem de 3,1%.

As condicionantes de origem interna implicarão uma contracção sem precedentes ao nível do consumo privado (- 6,0%), por efeito conjugado da redução abrupta do rendimento disponível dos funcionários públicos, dos empregados do sector empresarial do estado e dos pensionistas, do congelamento salarial, do aumento do IRS através da redução das deduções à colecta e pelo aumento dos impostos indirectos, nomeadamente o reenquadramento de muitos produtos e serviços em sede de IVA, que passam das taxas reduzida e intermédia para a taxa máxima.

Em sentido contrário, estima-se que as exportações continuem a crescer a uma taxa próxima de 4%, mantendo-se como única componente positiva da procura agregada e principal motor da economia.

As limitações à cedência de crédito por parte dos Bancos indicia que deverá manter-se o movimento no sentido da subida dos spreads associados à remuneração dos financiamentos obtidos pelas empresas.

2 – ACTIVIDADE

A evolução da actividade da Ibersol SGPS está associada ao desenvolvimento estratégico das suas participadas, cujo volume de negócios decresceu 8,5 %.

A Ibersol SGPS centrou a sua actividade na prestação de serviços técnicos de administração e gestão às empresas do Grupo, com especial enfoque na coordenação e gestão dos meios de financiamento aos negócios.

O planeamento financeiro, a adequação dos recursos financeiros das participadas, a gestão dos custos financeiros do Grupo e o apoio na gestão rigorosa da tesouraria constituíram outro vector importante da nossa actividade.

3 - SITUAÇÃO ECONÓMICO – FINANCEIRA

Os factos mais importantes ocorridos no período, no que concerne aos resultados e às alterações verificadas na estrutura patrimonial da empresa são os seguintes:

3.1 Resultados

O resultado operacional de funcionamento esteve ao nível do de 2010 e ascendeu a 166 mil euros, sendo que:

a) os proveitos inerentes à prestação de serviços à participada - Ibersol Restauração, S.A.- que faz a gestão dos serviços partilhados pelas diferentes Marcas exploradas pelo Grupo - foram de montante igual ao dos últimos anos ;

b) os custos operacionais ascenderam a 444 mil euros, valor próximo ao registado no ano anterior.

Após imputação dos ganhos de subsidiárias, o resultado operacional ascende a 5,5 milhões de euros, que reflecte uma redução de 61,6% face ao verificado em 2010.

Os ganhos financeiros provenientes da remuneração dos suprimentos prestados aumentaram em cerca de 165 mil euros em consequência da subida das taxas de juro. A evolução ascendente dos “spreads” durante todo o ano de 2011 implicou um aumento do custo dos empréstimos obtidos. Acresce, ainda, que a sociedade tem um contrato “grupado” de Programa de Papel Comercial de médio e longo prazo cujas comissões de organização e tomada firme são assumidos pela empresa-mãe. Desta forma, os juros e gastos similares aumentaram em cerca de 267 mil euros.

No exercício a sociedade reconheceu a imparidade do goodwill na participação no capital da Restmon (Portugal) Lda, no montante de 436 mil euros.

O resultado líquido situou-se em 5,69 milhões de euros, menos 61,1% que o registado em 2010.

3.2 Situação Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2011, o activo ascendia a 203,2 milhões de euros, verificando-se um aumento no exercício de 1,7 milhões de euros. Os contributos mais relevantes para a variação foram:

- a) Variação na valoração das participações financeiras por aplicação do MEP no montante de 4,0 milhões de euros
- b) Redução de financiamentos às participadas no montante de 6,1 milhões de euros
- c) Aumento de aplicações em depósitos a prazo de 4 milhões de euros.

O endividamento líquido remunerado no final do exercício ascende a 3,2 milhões euros, correspondente à emissão de papel comercial (5,5 milhões) e ao capital em dívida de um empréstimo de MLP (1,7 milhões de euros) deduzidos de 4 milhões de euros em aplicações.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Capital Próprio situa-se nos 142,0 milhões de euros, correspondente a um aumento de 5,5 milhões de euros e que traduz a forte solidez financeira da sociedade.

Acresce, ainda, que a sociedade no exercício recebeu dividendos das suas participadas no montante de 1,8 milhões de euros e distribuiu aos seus accionistas cerca de 1 milhão de euros.

4 - GOVERNO DAS SOCIEDADES

As práticas sobre o Governo da Sociedade elaborado, em cumprimento do disposto no artº 245º - A do Código dos Valores Mobiliários e em aplicação do Regulamento da CMVM nº 1/2010, são incluídas no Relatório sobre o Governo das Sociedades que acompanha o relatório consolidado.

5 - ACÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2011, a sociedade detinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

6 - PERSPECTIVAS

Num contexto extremamente difícil para o país e para o sector em que operamos estamos cientes de que o mercado de consumo será fortemente recessivo em 2012, vamos continuar a apoiar a estratégia de crescimento muito selectivo das nossas participadas que operam no mercado ibérico. Focalizaremos a nossa estratégia de desenvolvimento noutros mercados particularmente Angola onde vamos operar ainda este ano.

7 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme consta das demonstrações financeiras os resultados líquidos do exercício foram de 5.689.679,00 euros.

Nos termos legais e estatutários propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos:

Reservas não distribuíveis	4.250.848,00 € (efeito da aplicação do MEP)
Reservas livres	338.831,00 €
Dividendos	1.100.000,00 €

o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,055€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,055€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

8 - NOTAS FINAIS

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, porquanto a dedicação e o entusiasmo que revelaram foi fundamental para a prossecução dos objectivos que identificamos.

Agradecemos ainda aos nosso Fornecedores de bens e serviços o apoio concedido e registamos, com apreço, a colaboração prestada pelos Bancos e outras Instituições Financeiras com quem o Grupo trabalhou ao longo do ano.

Ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto , 16 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários os titulares do órgão de administração declaram, na firme convicção, que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA, referentes ao exercício de 2011, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

António Carlos Vaz Pinto Sousa

Presidente do Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Vogal do Conselho de Administração

Para efeito desta declaração consideramos que os “responsáveis da emitente” compreende os membros dos órgãos sociais mas atendendo a que o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas subscrevem uma declaração de teor idêntico no âmbito dos documentos que emitem esta declaração independente apenas é subscrita pelos titulares do Conselho de Administração.

Ibersol – SGPS, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de Dezembro de 2011

Balanço	9
Demonstração de resultados	10
Demonstração da alteração dos capitais próprios	11
Demonstração de fluxos de caixa	13
Anexo às demonstrações financeiras	14
1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	15
4 FLUXOS DE CAIXA.....	20
5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	20
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	20
7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS	21
8 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS.....	21
9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	21
10 DIFERIMENTOS	25
11 CAPITAL	26
12 ACÇÕES PRÓPRIAS.....	26
13 RESERVAS	26
14 EMPRESAS DO GRUPO.....	27
15 FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	27
16 OUTRAS CONTAS A PAGAR	28
17 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	29
18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	29
19 GASTOS COM PESSOAL	29
20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	30
21 OUTROS GASTOS E PERDAS.....	30
22 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	30
23 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	30
24 CONTINGÊNCIAS.....	31
25 REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	31
26 PARTES RELACIONADAS.....	32
27 RESULTADO POR ACÇÃO	34
28 EVENTOS SUBSEQUENTES	34

Balanço

	Notas	SNC	
		2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2 e 5	-	-
Participações financeiras - método da equival.patrimonial	3.1 e 6	162.244.901	158.189.610
Participações financeiras - outros métodos	3.1 e 7	264.000	264.000
Empresas do grupo	14	34.495.960	40.632.430
Outros activos financeiros	3.4 e 8	172.085	172.085
Total de activos não correntes		197.176.946	199.258.125
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	9	144.464	-
Empresas do grupo	14	1.808.763	2.188.725
Outras contas a receber		13.432	14.231
Diferimentos	10	38.428	48.350
Caixa e depósitos bancários	3.5 e 4	4.030.192	35.816
Total de activos correntes		6.035.280	2.287.121
Total do Activo		203.212.226	201.545.246
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	3.6 e 11	20.000.000	20.000.000
Acções (quotas) próprias	12	-11.179.643	-11.179.643
Prémios de emissão		469.937	469.937
Reservas legais	13	4.000.001	4.000.001
Outras reservas	13	68.813.888	66.335.416
Ajustamentos em activos financeiros	6	54.208.543	42.314.893
Excedentes de revalorização		12.110	12.110
Resultado líquido do período		5.689.679	14.563.885
Total do capital próprio		142.014.515	136.516.599
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	3.10 e 6	2.490.210	2.394.351
Financiamentos obtidos	3.7 e 15	1.116.477	10.704.238
Total de passivos não correntes		3.606.688	13.098.589
Passivo corrente			
Fornecedores		12.798	22.751
Estado e outros entes públicos	9	307.656	144.861
Financiamentos obtidos	3.7 e 15	6.095.939	585.733
Outras contas a pagar	16	97.648	99.733
Diferimentos	10	51.076.981	51.076.981
Total de passivos correntes		57.591.023	51.930.058
Total do passivo		61.197.711	65.028.648
Total do capital próprio e do passivo		203.212.226	201.545.246

Demonstração dos resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados	3.12 e 17	600.000	600.000
Subsídios à exploração		39	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreed.conjuntos	6	5.575.771	14.446.236
Fornecimentos e serviços externos	18	-76.451	-89.158
Gastos com o pessoal	19	-286.371	-285.115
Provisões (aumentos/reduções)	6	-95.859	-434.511
Imparidade de activos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-178.923	75.119
Outros rendimentos e ganhos	3.11 e 20	10.083	1.484
Outros gastos e perdas	3.11 e 21	-81.418	-66.588
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>5.466.870</u>	<u>14.247.467</u>
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>5.466.870</u>	<u>14.247.467</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	22	929.852	765.164
Juros e gastos similares suportados	22	-546.113	-278.509
Resultado antes de impostos		<u>5.850.609</u>	<u>14.734.122</u>
Imposto sobre o rendimento do período	3.8 e 23	-160.930	-170.237
Resultado líquido do período		<u>5.689.679</u>	<u>14.563.885</u>
Resultado por acção	27	0,32	0,81

Demonstração da alteração dos capitais próprios

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2010	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	62.316.107	32.436.881	12.110	14.887.320	122.942.714
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					1.440.775	9.878.012		-11.318.786	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Ajustamentos por impostos diferidos									0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2.578.534			-2.578.534	0
	0	0	0	0	4.019.309	9.878.012	0	-13.897.320	0
Resultado líquido do período								14.563.885	14.563.885
Resultado integral								14.563.885	14.563.885
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições								-990.000	-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	0	0	0	0	0	0	0	-990.000	-990.000
A 31 de Dezembro de 2010	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	66.335.416	42.314.893	12.110	14.563.885	136.516.599

Ibersol – SGPS, SA
 Demonstrações Financeiras (em euros)
 31 de Dezembro de 2011

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2011	20.000.000	-11.179.643	469.937	4.000.001	66.335.416	42.314.893	12.110	14.563.885	136.516.599
Alterações no período									
Alterações de políticas contabilísticas									0
Aplicação de resultados					992.377	12.581.508		-13.573.885	0
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis									0
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0
Ajustamentos por impostos diferidos									0
Variação % interesses não controlados IBR Imobiliária						845.281			845.281
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					1.486.094	-1.533.139			-47.045
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>2.478.471</u>	<u>11.893.650</u>	<u>0</u>	<u>-13.573.885</u>	<u>798.236</u>
Resultado líquido do período								<u>5.689.679</u>	<u>5.689.679</u>
Resultado integral								<u>5.689.679</u>	<u>5.689.679</u>
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de Capital									0
Realizações de prémios de emissão									0
Distribuições								-990.000	-990.000
Entradas para cobertura de perdas									0
Outras operações									0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>-990.000</u>	<u>-990.000</u>
A 31 de Dezembro de 2011	<u>20.000.000</u>	<u>-11.179.643</u>	<u>469.937</u>	<u>4.000.001</u>	<u>68.813.887</u>	<u>54.208.543</u>	<u>12.110</u>	<u>5.689.680</u>	<u>142.014.515</u>

Demonstração de fluxos de caixa

	Notas	31 de Dezembro	
		2011	2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		600.000	600.000
Pagamentos a fornecedores		24.189	-6.925
Pagamentos ao pessoal		231.767	298.617
Caixa gerada pelas operações		344.044	308.308
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		168.893	152.577
Outros recebimentos/pagamentos		-105.535	5.757
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		69.616	161.488
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		1.894.831	6.755.720
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		8.355.000	3.681.570
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1.309.814	765.164
Dividendos		1.816.094	3.080.179
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		9.586.077	771.193
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			1.000.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		4.077.553	610.637
Juros e gastos similares		593.764	329.967
Dividendos		990.000	990.000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-5.661.317	-930.604
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.994.376	2.077
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.816	33.739
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.5 e 4	4.030.192	35.816

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A Ibersol – SGPS, SA (adiante designada por Ibersol ou Empresa) com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto, foi constituída em 30 de Dezembro de 1985 com o objecto de exercício da actividade gestora de participações sociais não financeiras.

A Ibersol é detida em 49,99% pela IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A., com sede em Edifício Península – Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º - 4150-146 Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 16 de Março de 2012. É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ibersol, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado, quando aplicável, pelas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais antes da data de transição.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Ibersol, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC. No entanto, embora as contas individuais tenham sido elaboradas de acordo com o POC até 31 de Dezembro de 2009 e de acordo com o SNC a partir dessa data, para efeitos de determinação dos ajustamentos resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial, utilizaram-se como referência as contas consolidadas preparadas de acordo com os IFRS, por se entender que estas representam de forma mais verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados das operações realizadas pelo conjunto das empresas incluídas na consolidação. Apesar disso os capitais próprios a 31 de Dezembro de 2011 nas contas individuais são diferentes dos das contas consolidadas (excluindo os interesses minoritários) no montante de:

	<u>2011</u>
Capital próprio SNC	142.014.515
Capital próprio Consolidado Grupo	<u>110.395.215</u>
Diferença	<u>31.619.300</u>

Esta diferença decorre de:

i) correcção do proveito diferido correspondente à mais-valia em transacção intra-grupo registada em exercícios anteriores (39.087.546 euros);

ii) amortização do Goodwill efectuada de 01 de Janeiro de 2004 até 31 de Dezembro de 2008 nas contas individuais preparadas de acordo com o POC (7.468.740 euros);

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Participações financeiras

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Ibersol tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a subsidiária detém sobre uma entidade.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Investimentos em subsidiárias e associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do critério da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre o Grupo e as suas subsidiárias e associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias e associadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o investimento na subsidiária ou associada, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da subsidiária ou associada.

As políticas contabilísticas das subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 6.

A Ibersol, SGPS, S.A. prepara contas consolidadas.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para activos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 20 anos
Equipamentos	Entre 4 e 20 anos
Outros activos tangíveis	Entre 5 e 10 anos

O método de depreciação utilizado pela empresa é o método das quotas constantes, de acordo com as regras fiscais vigentes (taxas dentro da banda definida no Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro). A amortização dos activos fixos tangíveis tem início quando as mesmas se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efectuado por duodécimos.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada ano de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.3. Imparidade de activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade anuais. A Ibersol realiza os testes de imparidade no mês de Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ibersol classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Ibersol classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Ibersol avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Ibersol reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Ibersol possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.9. Benefícios aos empregados

O bónus de desempenho dos funcionários são registados no ano a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no exercício seguinte.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ibersol tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ibersol divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de serviços no decurso normal da actividade da Ibersol. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ibersol são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 Provisões

A Ibersol analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ibersol, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Ibersol.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.13.3 Impostos

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

3.14. Riscos relevantes

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a

gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

3.14.1 Risco de mercado

Risco Taxa de Juro

A Administração da Ibersol não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Em consequência, toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos a médio e longo prazo. Dado que os empréstimos obtidos são de valor substancialmente inferior aos empréstimos concedidos, a empresa não tem risco significativo de taxa de juro.

3.14.2 Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber resultantes de empréstimos às subsidiárias. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da IBERSOL. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

3.14.3 Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.14.4 Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão das participadas. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar abaixo de 35%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é de 2% e 8%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-11</u>	<u>Dez-10</u>
Empréstimos	7.212.417	11.289.971
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.030.192</u>	<u>35.816</u>
Endividamento líquido	3.182.225	11.254.155
Capital próprio	<u>142.014.515</u>	<u>136.516.599</u>
Capital total	<u>145.196.740</u>	<u>147.770.754</u>
Rácio de alavancagem financeira	2%	8%

4 Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos bancários	4.030.192	35.816
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.030.192</u>	<u>35.816</u>

5 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 não se registou qualquer movimento nos activos fixos tangíveis, nem foram efectuadas amortizações, pelo facto de os bens se encontrarem totalmente reintegrados.

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros activos tangíveis	Total
31 de Dezembro de 2011				
Custo	29.828	219.074	18.289	267.191
Depreciação acumulada	29.828	219.074	18.289	267.191
Imparidade acumulada	-	-	-	-
Valor líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

6.1 Goodwill

O Goodwill alocado a cada subsidiária, por segmento geográfico, do grupo Ibersol, reparte-se como segue:

	<u>Goodwill</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Portugal	8.786.491	8.786.491
Espanha	27.845.512	27.845.512
Angola	130.714	-
	<u>36.762.717</u>	<u>36.632.003</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-630.528	-127.907
	<u>36.132.189</u>	<u>36.504.096</u>

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo inicial	36.632.003	36.082.958
Aumentos (1)	130.714	549.045
Diminuições	-	-
Outras variações	-	-
Saldo final	<u>36.762.717</u>	<u>36.632.003</u>

(1) o aumento do goodwill decorre, em 2010, da aquisição da Solinca pela subsidiária QRM, e em 2011 da aquisição da HCI-Imobiliária, S.A. pela Ibersol Angola.

Foram efectuados testes de imparidade ao goodwill onde foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade	
Portugal	3,00% (1% real + 2% inflação)
Espanha	3,00% (1% real + 2% inflação)

Taxa de desconto para a perpetuidade	
Portugal	7,40%
Espanha	5,90%

Taxa de desconto do período (5 anos)	
Portugal	9,30%
Espanha	7,50%

	Perpetuidade		Período de 5 anos	
	Portugal	Espanha	Portugal	Espanha
Taxa de juro sem risco	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Prémio risco país	1,00%	0,50%	3,60%	1,75%
Prémio de risco dos capitais próprios	6,00%	5,00%	6,00%	6,00%
Beta	0,9	0,9	0,9	0,9
Custo da dívida	4,00%	4,00%	5,00%	5,25%
Taxa de imposto	26,50%	30,00%	26,50%	30,00%
Capitais próprios/dívida remunerada	70%/30%	60%/40%	70%/30%	60%/40%

Dos testes de imparidade realizados verificou-se imparidade do Goodwill da Maestro no montante de 66.667 euros, e do Goodwill da Restmon no montante de 435.954 euros, sendo a imparidade acumulada no final do exercício de 630.528 (194.574 relativos à Maestro e 435.954 relativos à Restmon).

6.2 Participações financeiras

As participações financeiras da Ibersol encontram-se expressas no balanço pelo método de equivalência patrimonial, conforme segue:

	2011			2010		
	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço	V.Aquisição	Ajustamento MEP	Valor Balanço
Subsidiárias						
Ibersol Restauração, S.A.	847.986	7.666.581	8.514.567	847.986	7.187.427	8.035.413
Iberusa-Hotelaria e Restauração, S.A.	158.119	1.258.907	1.417.026	158.119	1.332.563	1.490.682
Asurebi SGPS, S.A.	98.490.866	14.812.683	113.303.549	98.490.866	10.888.089	109.378.955
Ibersol Madeira Restauração, S.A.	50.000	1.274.276	1.324.276	50.000	1.189.805	1.239.805
Restmon Portugal, Lda	499.448	-499.448	-	499.448	-499.448	-
Eggon - SGPS, S.A.	645.000	907.575	1.552.575	645.000	894.939	1.539.939
Ibergourmet-Prod.Alimentares, S.A.	57.020	-57.020	-	57.020	-57.020	-
Ibersol Angola, S.A.	720	-	720	720	-	720
	<u>100.749.158</u>	<u>25.363.554</u>	<u>126.112.713</u>	<u>100.749.158</u>	<u>20.936.355</u>	<u>121.685.514</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na rubrica investimento em subsidiárias apresenta-se como segue:

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
01 de Janeiro de 2010	6.646.224	344.522	1.264.187	101.277.961	1.334.888	-	-	-	110.867.781
Aquisição	-55.014	-	-	-494.031	-	-	-	720	-548.325
Ganhos/Perdas	1.703.353	895.283	226.495	11.398.000	223.105	-	-	-	14.446.236
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-259.150	-	-	-2.802.975	-18.054	-	-	-	-3.080.179
31 de Dezembro de 2010	<u>8.035.413</u>	<u>1.239.805</u>	<u>1.490.682</u>	<u>109.378.955</u>	<u>1.539.939</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>720</u>	<u>121.685.514</u>

	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon - SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.	Total
01 de Janeiro de 2011	8.035.413	1.239.805	1.490.682	109.378.955	1.539.939	-	-	720	121.685.514
Aquisição	-13.098	-	-	-117.616	-	-	-	-	-130.714
Ganhos/Perdas	822.252	584.471	-73.656	4.230.068	12.636	-	-	-	5.575.771
Ajustamentos de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos no capital	-	-	-	798.236	-	-	-	-	798.236
Dividendos recebidos	-330.000	-500.000	-	-986.094	-	-	-	-	-1.816.094
31 de Dezembro de 2011	8.514.567	1.324.276	1.417.026	113.303.549	1.552.575	-	-	720	126.112.713

Os activos e passivos a 31 de Dezembro de 2011, e os rendimentos e gastos gerados em 2011, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

	2011							
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	1.134.064	854.545	2.712.120	141.638.174	34.374.082	-2.098.242	891.745	104.116
Resultado líquido	339.341	572.332	-1.390.351	3.503.696	587.563	-104.502	300.995	-238.820
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	89,98%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	50.000	158.119	98.490.866	645.000	499.448	57.020	720
	2010							
	Ibersol Rest., S.A.	Ibersol Madeira Rest., S.A.	Iberusa Hotelaria e Rest., S.A.	Asurebi SGPS, S.A.	Eggon SGPS, S.A.	Restmon Portugal, Lda	Ibergourmet-Prod.Alimen., S.A.	Ibersol Angola, S.A.
Capital próprio	1.124.723	832.213	4.109.317	147.656.891	33.805.441	-1.993.740	590.750	342.936
Resultado líquido	527.747	773.338	2.878.127	9.689.082	808.031	-434.134	134.363	-932
% participação detida	100,00%	100,00%	5,00%	89,98%	2,11%	61,00%	100,00%	0,20%
Valor de aquisição	847.986	50.000	158.119	98.490.866	645.000	499.448	57.020	720

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas contas consolidadas do grupo Ibersol (em IFRS) de 31 de Dezembro de 2011, tratando-se dos capitais próprios ajustados das empresas subsidiárias.

6.3 Ajustamentos em activos financeiros

Esta conta reflecte os ajustamentos do método de equivalência patrimonial.

Os movimentos ocorridos na rubrica ajustamentos em activos financeiros durante o exercício de 2011 e 2010 são como segue:

	Ajustamentos em activos financeiros	
	2011	2010
Saldo inicial	42.314.893	32.436.881
Aumentos (1)	13.379.744	9.878.012
Diminuições (2)	1.486.094	-
Saldo final	54.208.543	42.314.893

(1) os aumentos em 2011 e 2010 decorrem, essencialmente, da aplicação dos resultados do ano.

(2) as diminuições resultam dos dividendos recebidos no ano

O saldo da rubrica ajustamentos em activos financeiros não é passível de distribuição aos accionistas.

6.4 Provisões

Os movimentos ocorridos na rubrica provisões durante o exercício de 2011 e 2010 são como segue:

	Processos Judiciais		Perdas em subsidiárias	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	5.257	5.257	2.389.094	1.954.583
Aumentos (1)	-	-	95.859	434.511
Diminuições	-	-	-	-
Saldo final	5.257	5.257	2.484.953	2.389.094

(1) os aumentos em 2011 e 2010 decorrem do resultado ajustado do exercício da subsidiária Restmon.

6.5 Reexpressão dos valores de anos anteriores

Foi efectuada reexpressão do ano 2010 das seguintes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados:

	Notas	Balanço		
		2010 Reexpresso	2010	Diferença
Activo não corrente				
Participações financeiras - método da equival.patrimonial	3.1 e 6	121.685.514	119.503.980	2.181.534 (3)-(2)+(1)
Empresas do grupo	14	40.632.430	41.434.496	-802.066 (1)
CAPITAL PRÓPRIO				
Ajustamentos em activos financeiros	6	42.314.893	43.271.894	-957.001 (2)
Resultado líquido do período		14.563.885	14.616.510	-52.625 (2)
Passivo não corrente				
Provisões	3.10 e 6	2.394.351	5.257	2.389.094 (3)

- (1) imparidade das prestações acessórias da subsidiária Ibergourmet;
 (2) ajustamento dos interesses não controlados da subsidiária IBR Imobiliária;
 (3) provisão da participação financeira na subsidiária Restmon.

Os ajustamentos (1) e (3) resultaram de, em 2011, se ter efectuado uma análise mais exaustiva dos ajustamentos do MEP na transição para SNC, no sentido de serem adequadamente alocados por empresa participada. Por sua vez, o ajustamento (2) diz respeito aos interesses não controlados na subsidiária IBR Imobiliária, ajustados de modo a reflectir adequadamente a participação dos minoritários da Ibersande nos activos líquidos da IBR imobiliária, por via da participação de 49%, que a Ibersande detinha em 2010.

	Notas	Demonstração de Resultados		
		2010 Reexpresso	2010	Diferença
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreed.conjuntos	6	14.446.236	14.221.213	225.023 (1)
Provisões (aumentos/reduções)	6	-434.511	-	-434.511 (2)
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	6	75.119	-	75.119 (3)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-81.744	81.744 (4)

- (1) ajustamento do ganho imputado em 2010 da subsidiária IBR Imobiliária (-52.625) e reclassificação para provisões e imparidade de activos não depreciáveis dos ganhos/perdas do ano 2010 das subsidiárias Restmon (-434.511) e Ibergourmet (156.863);
 (2) reclassificação de ganhos/perdas imputados das subsidiárias Restmon (-434.511);
 (3) reclassificação de imparidade de activos depreciáveis (-81.744) e de ganhos/perdas imputados das subsidiárias Ibergourmet (156.863);
 (4) reclassificação para rubrica imparidade de activos não depreciáveis.

7 Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2011, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações de capital, como segue:

	<u>% detida</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Change Partners I, SGPS, S.A.	3,08%	264.000	264.000
Total		<u>264.000</u>	<u>264.000</u>

A Change Partners I, SGPS, S.A., tem por actividade a gestão de participações sociais. Esta participação encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

8 Outros Activos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a um adiantamento para compra de investimentos financeiros na Rock and Bowl no montante de 172.085

9 Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, os saldos com Estado e outros entes públicos são conforme segue:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto s/ rendimento - IRC	144.464	160.930	-	10.500
Impostos s/ rendimento - IRS	-	5.821	-	5.687
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	132.937	-	120.707
Contribuições p/ segurança social	-	7.967	-	7.968
Outros impostos	-	-	-	-
	<u>144.464</u>	<u>307.656</u>	<u>0</u>	<u>144.861</u>

Para os períodos apresentados o saldo credor de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Pagamentos por conta	144.462	159.738
Retenções na fonte	2	-
Estimativa de IRC (Nota 23)	-160.930	-170.237
Total	<u>-16.466</u>	<u>-10.500</u>

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 a Ibersol tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Seguros	2.651	3.154
Rendas	3.353	3.353
Comissões de financiamento	32.425	41.843
Gastos a reconhecer	<u>38.428</u>	<u>48.350</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros rendimentos (1)	51.076.981	51.076.981
Rendimentos a reconhecer	<u>51.076.981</u>	<u>51.076.981</u>

(1) O valor da rubrica diz respeito a uma mais valia gerada na alienação de uma participação financeira dentro do Grupo, em 1999, que será reconhecida apenas no momento da sua alienação a uma entidade externa.

11 Capital

Em 31 de Dezembro de 2011, o capital social da Ibersol, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal de 1 euro cada.

12 Acções próprias

A empresa não efectuou qualquer transacção com acções próprias no ano 2011. As acções estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridos por 11.179.644 euros.

13 Reservas

As rubricas de reservas registaram os seguintes movimentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010:

13.1 Reservas legais

	<u>Reservas legais</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
A 1 de Janeiro	4.000.001	4.000.001
Aumento	-	-
Utilização	-	-
A 31 de Dezembro	<u>4.000.001</u>	<u>4.000.001</u>

A Reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

13.2 Outras reservas

	<u>Outras reservas</u>		<u>Reservas p/ acções próprias</u>		<u>Outras reservas - MEP</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
A 1 de Janeiro	12.988.047	12.048.918	11.179.643	11.179.643	42.167.725	39.087.546
Aumento	992.768	4.019.308	-	-	1.816.094	3.080.179
Utilização	330.390	3.080.179	-	-	-	-
A 31 de Dezembro	<u>13.650.425</u>	<u>12.988.047</u>	<u>11.179.643</u>	<u>11.179.643</u>	<u>43.983.819</u>	<u>42.167.725</u>

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 59.163.463 euros e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros), a reservas para acções próprias, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros), e a outras reservas MEP, respeitantes à aplicação do método de equivalência patrimonial (43.983.819 euros).

14 Empresas do grupo

14.1 Activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se a empréstimos concedidos e prestações acessórias às subsidiárias da Ibersol. Os empréstimos com períodos de reembolso superiores a 1 ano vencem juros a uma taxa fixada com base na Euribor 12M + 1,25% e alterada conforme variação da taxa de referência do BCE. As prestações acessórias não são remuneradas, nem têm prazo de reembolso definido.

	2011							TOTAL
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibersol Madeira	Ibergourmet	
Não corrente								
Empréstimos concedidos								
Subsidiárias	9.319.500	10.510.996	8.965.000	1.276.000	-	-	-	30.071.496
Prestações acessórias								
Subsidiárias	2.000.000	-	-	-	1.875.000	-	1.025.000	4.902.831
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	11.319.500	10.510.996	8.965.000	1.276.000	1.875.000	-	1.025.000	34.974.328
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	478.368	478.368
Total não corrente	11.319.500	10.510.996	8.965.000	1.276.000	1.875.000	-	546.632	34.495.960

	2010							TOTAL
	Iberusa	Ibersol Restauração	Asurebi SGPS	Restmon	Eggon	Ibersol Madeira	Ibergourmet	
Não corrente								
Empréstimos concedidos								
Subsidiárias	12.228.500	10.510.996	12.965.000	780.000	-	-	-	36.484.496
Prestações acessórias								
Subsidiárias	2.000.000	-	-	-	1.875.000	50.000	1.025.000	4.950.000
Empréstimos concedidos e prestações acessórias	14.228.500	10.510.996	12.965.000	780.000	1.875.000	50.000	1.025.000	41.434.496
Perdas de imparidade acumulada	-	-	-	-	-	-	802.066	802.066
Total não corrente	14.228.500	10.510.996	12.965.000	780.000	1.875.000	50.000	222.934	40.632.430

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, apresentam-se como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	41.434.496	38.360.996
Aumentos	1.894.831	6.755.000
Diminuições	8.355.000	3.681.500
Saldo final	34.974.327	41.434.496

Os movimentos ocorridos na rubrica perdas por imparidade, detalham-se como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	802.066	958.929
Aumentos	-	-
Diminuições (1)	323.698	156.863
Saldo final	478.368	802.066

(1) as diminuições em 2011 e 2010 decorrem do resultado ajustado do exercício da subsidiária Ibergourmet.

14.2 Activos correntes

Os saldos da rubrica empresas do Grupo a curto prazo apresentam-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ibersol Restauração	1.000.703	1.512.926
Iberusa	320.319	246.687
Restmon	171.814	151.822
Asurebi	315.927	277.290
	<u>1.808.763</u>	<u>2.188.725</u>

Estes valores dizem respeito a juros de suprimentos.

15 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	5.500.000	-	5.500.000	-	9.000.000	9.000.000
Empréstimos bancários	595.939	1.116.477	1.712.417	585.733	1.704.238	2.289.971
	<u>6.095.939</u>	<u>1.116.477</u>	<u>7.212.417</u>	<u>585.733</u>	<u>10.704.238</u>	<u>11.289.971</u>

Para os Programas de Papel Comercial consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. A Ibersol é subscritora de um programa de papel comercial no valor de 10.000.000 €, estando utilizados 5.500.000 € em 31 de Dezembro de 2011, com data de denúncia de Janeiro de 2012.

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou semestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
entre 1 e 2 anos	-	9.604.067
entre 2 e 5 anos	1.116.477	1.100.171
> 5 anos	-	-
	<u>1.116.477</u>	<u>10.704.238</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados aos empréstimos a 31 de Dezembro de 2011, detalham-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>
Empréstimos	6.095.939	626.410	490.067
Juros	74.830	44.359	12.338

Em 2011, o custo médio dos empréstimos foi de 3,4% (2,2% em 2010).

16 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2011		2010	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros credores				
Credores diversos	8.641	8.641	8.868	8.868
Credores por acréscimos				
Férias e subsídio de férias	25.466	25.466	25.466	25.466
Prémios	47.208	47.208	50.403	50.403
Juros a liquidar	13.630	13.630	12.426	12.426
Fee	-	-	369	369
Outros	2.703	2.703	2.200	2.200
Outras contas a pagar	97.648	97.648	99.733	99.733

17 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2011	2010
Prestação de serviços - mercado interno	600.000	600.000
Prestação de serviços - mercado externo	-	-
Sub-total	600.000	600.000
Vendas e prestações de serviços	600.000	600.000

18 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	73.228	87.172
Outros	3.223	1.986
Fornecimentos e serviços externos	76.451	89.158

19 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2011, foram como segue:

	2011	2010
Remunerações		
Orgãos sociais	28.692	27.398
Pessoal	160.028	162.452
	188.720	189.850
Encargos sociais		
Prémios de desempenho	44.014	51.584
Encargos sobre remunerações	48.429	37.728
Outros	5.209	5.952
Sub-total	97.651	95.265
Gastos com pessoal	286.371	285.115

O número médio de empregados em 2011 foi de 3 (2010:3)

20 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros rendimentos e ganhos:		
Ganhos nos investimentos financeiros	-	-
Diferenças de cambio favoráveis	33	
Outros	10.050	1.484
	<u>10.083</u>	<u>1.484</u>

21 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros gastos e perdas:		
Impostos	5.761	16.804
Insuficiência de estimativa de imposto	13.929	900
Serviços bancários	61.727	48.858
Outros		26
	<u>81.418</u>	<u>66.588</u>

22 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2011 e 2010 é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos financeiros		
Juros de empréstimos bancários	17.244	28.987
Juros de papel comercial	375.330	155.066
Juros de mora	82	123
Outros Juros	946	583
Comissões de papel comercial	139.638	90.382
Outros	12.872	3.367
	<u>546.113</u>	<u>278.509</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos financeiros		
Juros de depósitos bancários	11	579
Juros de suprimentos	929.841	764.585
	<u>929.852</u>	<u>765.164</u>

23 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto s/ rendimento corrente	160.930	170.237
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto sobre rendimento	<u>160.930</u>	<u>170.237</u>

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Imposto corrente do exercício</u>		
Taxa base	139.346	160.513
Tributação autónoma	13.130	-
Derrama	8.454	9.725
	<u>160.930</u>	<u>170.237</u>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado antes de impostos	<u>5.850.609</u>	<u>14.786.747</u>
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)	1.550.411	3.918.488
Custos não dedutíveis	3.713	271
Efeito aplicação do MEP	-1.404.762	-3.746.959
Efeito Taxa 12,5%	-1.563	-1.563
Tributação autónoma	13.130	-
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>160.930</u>	<u>170.237</u>
Imposto s/ rendimento corrente	160.930	170.237
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	<u>160.930</u>	<u>170.237</u>

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<u>26,50%</u>	<u>26,50%</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Ibersol estão sujeitas a revisão e podem ser corrigidas por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais, pelo que as declarações de 2008 a 2011 estão ainda em aberto.

A Administração da Ibersol entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, daquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2011.

24 Contingências

Fiança à Ibersol Restauração, S.A. pelas obrigações que esta sociedade assumiu no arrendamento de uma loja comercial, de 231m², no valor de 28.342 euros.

Em Julho de 2006, foi efectuado um crédito documentário do Totta com *stand-by letter* no montante de 9.759.000 euros para garantia do empréstimo e responsabilidades associadas ao banco Santander Central Hispano - Madrid à participação do Grupo Lurca.

25 Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais apresentam-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
SROC	32.000	32.000
Conselho Fiscal	26.358	26.358
Assembleia Geral	2.335	2.335
Conselho Administração (1)	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
	<u>66.693</u>	<u>66.693</u>

(1) respeita à remuneração do administrador não executivo.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 756.034 euros no ano de 2011 (737.594 em 2010). Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração. Dado que a ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detida em partes iguais pelos administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034 euros no ano de 2011 (737.594 em 2010), corresponderá a cada um dos administradores o valor de 378.017 euros (368.797 em 2010).

26 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, a Ibersol é controlada pela ATPS – SGPS, S.A. que detém uma participação directa de 3,93% e indirecta de 49,99%, através da sua participada IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A..

26.1 Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionistas:

ATPS – SGPS, S.A.
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A.

Subsidiárias da Ibersol, SGPS:

Ibersande Restauração, S.A.
Iberusa – Hotelaria e Restauração, S.A.
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.
Ibersol Restauração, S.A.
Iberking Restauração, S.A.
Iberaki Restauração, S.A.
Restmon Portugal, Lda.
Ibersol – Hotelaria e Turismo, S.A.
Vidisco, S.L.
Inverpeninsular, S.L.
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.
Ferro & Ferro, Lda.
Asurebi SGPS, S.A.
Charlotte Develops, S.L.
Firmoven Restauração, S.A.
I.B.R. - Sociedade Imobiliária, S.A.
Eggon SGPS, S.A.

Anatir SGPS, S.A.
 Lurca, S.A.
 Q.R.M. – Projectos Turísticos, S.A.
 Sugestões e Opções – Actividades Turísticas, S.A.
 Restoh – Restauração e Catering – S.A.
 Resboavista – Restauração Internacional, Lda.
 José Silva Carvalho Catering, S.A.
 Iberusa Central de Compras para Restauração, ACE
 Vidisco e Pasta Caffè, Union Temporal de Empresas
 Maestro – Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.
 Solinca – Eventos e Catering, S.A.
 Ibersol – Angola, S.A.
 HCI – Imobiliária, S.A.

Entidades conjuntamente controladas da Ibersol, SGPS:

UQ Consult, S.A.

(b) Transacções e saldos pendentes com as partes relacionadas:

i) Accionistas:

A sociedade não efectuou transacções com accionistas, durante o exercício de 2011.

ii) Subsidiárias:

Durante o exercício, a Ibersol efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Vendas de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	600.000	600.000
	<u>600.000</u>	<u>600.000</u>

Rendimentos Financeiros

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rendimentos Financeiros		
Asurebi	315.927	263.851
Ibersol Restauração	262.703	236.497
Iberusa	320.319	246.687
Restmon	30.892	17.550
	<u>929.841</u>	<u>764.585</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Compra de produtos e serviços		
Ibersol Restauração	11.661	11.793
	<u>11.661</u>	<u>11.793</u>

Saldos devedores e credores

No final do exercício, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldos devedores		
Asurebi	315.927	277.290
Ibersol Restauração	1.002.093	1.512.926
Iberusa	320.319	246.687
Restmon	171.814	151.822
	<u>1.810.153</u>	<u>2.188.725</u>
Empréstimos		
Subsidiárias (Nota 14)	30.071.496	36.484.496
	<u>30.071.496</u>	<u>36.484.496</u>

27 Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-11</u>	<u>Dez-10</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	5.689.679	14.616.510
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	0,32	0,81
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

28 Eventos subsequentes

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2011 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 António Carlos Vaz Pinto de Sousa

 António Alberto Guerra Leal Teixeira

 Juan Carlos Vázquez-Dodero

LISTA DE TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em cumprimento do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos a 31 de Dezembro de 2011

Accionista	nº acções	% capital social	% capital com direitos não suspensos
ATPSII - SGPS, S.A. (*)			
ATPS-SGPS, SA	786.432	3,93%	3,93%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9.998.000	49,99%	49,99%
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%	0,01%
Total participação detida / imputável	10.787.232	53,94%	53,94%
Banco BPI, S.A.			
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%	2,00%
Kabouter Management LLC			
Kabouter Fund II	390.000	1,95%	1,95%
Talon International	32.000	0,16%	0,16%
Total participação detida / imputável	422.000	2,11%	2,11%
Bestinver Gestion			
BESTINVER BOLSA, F.I.	971.735	4,86%	4,86%
BESTINFOND F.I.	906.958	4,53%	4,53%
BESTINVER GLOBAL, FP	243.760	1,22%	1,22%
BESTVALUE F.I..	242.340	1,21%	1,21%
SOIXA SICAV	171.763	0,86%	0,86%
BESTINVER MIXTO, F.I.M.	158.191	0,79%	0,79%
BESTINVER AHORRO, F.P.	137.598	0,69%	0,69%
DIVALSA DE INVERSIONES SICAV, SA	7.303	0,04%	0,04%
BESTINVER EMPLEO FP	6.188	0,03%	0,03%
LINKER INVERSIONES, SICAV, SA	4.571		0,02%
BESTINVER EMPLEO II, F.P.	370	0,00%	0,00%
Total participação detida / imputável	2.850.777	14,25%	14,25%
The Goldman Sachs Group, Inc			
Directamente	21.285	0,11%	0,11%
Goldman,, Sachs &Co	402.000	2,01%	2,01%
Total participação detida / imputável	423.285	2,12%	2,12%
Norges Bank			
Directamente	887.114	4,44%	4,44%
FMR LLC			
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%	2,00%

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

TITULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS
TRANSACÇÕES NO ANO DE 2011

Conselho de Administração	Data	Aquisições	Alienações	SALDO 31.12.2011
António Alberto Guerra Leal Teixeira				
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)				3.384.000
ATPS- S.G.P.S., SA (2)	28-12-2011		2.836	0
Ibersol SGPS, SA				1.400
António Carlos Vaz Pinto Sousa				
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)				5.000
ATPS- S.G.P.S., SA (2)	28-12-2011		2.836	0
Ibersol SGPS, SA				1.400
<hr/>				
	Data	Aquisições	Alienações	SALDO 31.12.2011
(1) ATPS II- S.G.P.S., SA				
ATPS- S.G.P.S., SA (2)				5.680
<hr/>				
	Data	Aquisições	Alienações	SALDO 31.12.2011
(2) ATPS- S.G.P.S., SA				
Ibersol SGPS, SA				786.432
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (3)				2.455.000
<hr/>				
(3) I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA				
Ibersol SGPS, SA				9.998.000

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA

É detentora de 9.998.000 (nove milhões novecentas noventa e oitenta mil) acções representativas do capital da Ibersol -SGPS,SA.

TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS EFECTUADAS PELOS DIRIGENTES E PESSOAS RELACIONADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2010

Dando cumprimento ao disposto no n.º 6 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informamos que nenhum dirigente e pessoas estreitamente relacionadas efectuou transacções de valores mobiliários durante o ano de 2011.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **Ibersol S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 203.212.226 euros e um total de capital próprio de 142.014.515 euros, incluindo um resultado líquido de 5.689.679 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu Capital Próprio e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ibersol S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2011 o resultado das suas operações, as alterações no Capital Próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245^o-A do Código dos Valores Mobiliários.

20 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Ibersol SGPS, SA

Aos Senhores Accionistas,

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2011, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2011.

Actividade Fiscalizadora

O Conselho Fiscal, no exercício da sua competência e com a extensão julgada adequada, acompanhou a actividade da sociedade e das suas participadas.

No decurso do exercício foram realizadas reuniões trimestrais, sempre com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas à sua competência.

Nas reuniões do Conselho Fiscal estiveram presentes, o revisor de contas e auditor externo, Pricewaterhouse Coopers & Associados, os quais propuseram ao Conselho Fiscal, e deste obtiveram a anuência, quanto ao plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do exercício, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo prestaram ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e os resultados apurados.

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de quem recebeu informação sobre a evolução da atividade social e esclarecimentos que lhe permitiram apreciar o conteúdo da informação financeira elaborada por aquele órgão de gestão em momento anterior à sua divulgação

O Conselho Fiscal não deparou com quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade e competências.

Não foi participada ao Conselho Fiscal a ocorrência ou a denúncia de qualquer irregularidade por parte de accionistas, colaboradores da sociedade ou outros.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do auditor externo e do revisor oficial de contas tendo a percepção que foram observadas as práticas recomendadas.

Ao auditor externo foram contratados serviços adicionais aos da auditoria, correspondendo o seu valor mais relevante, para além da consultoria fiscal, os relativos ao apoio à conversão para o novo sistema de normalização contabilística. Nesta matéria, o Conselho Fiscal tinha, no exercício anterior, aprovado a contratação destes serviços e o prolongamento da sua duração para o exercício a que se reporta o presente Relatório e Parecer. A prestação dos serviços adicionais efectuados pelo auditor externo não atingiram o limiar de trinta de por cento do valor total dos serviços prestados. A contratação foi realizada em condições de mercado, não afectou a sua independência e teve em vista, no essencial, garantir a eficácia, celeridade e segurança na transição de sistemas.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2011, apresentados pelo Conselho de Administração bem como a Certificação Legal de Contas e respectivo Parecer emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, tendo

igualmente analisado o Relatório de Auditoria apresentado pela Pricewaterhouse Coopers & Associados.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Governo da Sociedade do ponto de vista do disposto no Artº 254º-A do Código de Valores Mobiliários.

Parecer

Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que:

- os Relatórios, e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2011, permitem uma compreensão da evolução dos negócios e da situação financeira da sociedade e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação e dos respectivos resultados, tendo sido elaborados de acordo com as normas legais aplicáveis;

- a proposta de aplicação de resultados respeita a lei e os estatutos;

- o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas, cumpre o estabelecido no Artº 245-A do Código de Valores Mobiliários,

pelo que estão reunidas as condições para a respectiva aprovação pela Assembleia Geral.

Declaração

Nos termos previstos na al.c) do nº1 do artº 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das

empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto 21 de Março de 2012

O Conselho Fiscal,